

O DISCURSO DA POLÍTICA NOS TEXTOS DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES: UM ESTUDO A PARTIR DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO METAS PARA A EDUCAÇÃO -PMGP/ME DE PERNAMBUCO

Marcia Aurelia Nazário - PPGEdU/UFPE
marcia.nazario@ufpe.br

Luciana Rosa Marques - PPGEdU/UFPE
luciana.marques@ufpe.br

Introdução

O texto de uma política educacional mobiliza diversas ações e articula-se a aspectos macro e micro que atravessam o cotidiano das instituições escolares. Embora legitimado por dispositivos legais, esse texto não é estático, sendo constantemente interpretado e ressignificado. Nessa perspectiva, compreende-se que as escolas não apenas implementam políticas, mas as traduzem em suas práticas. A análise aqui desenvolvida fundamenta-se no referencial do ciclo de políticas de Stephen Ball (2008; 2016), que compreende a política como um processo dinâmico de produção, interpretação e recriação, bem como na análise do discurso de Norman Fairclough (2001), que permite compreender como os textos produzem sentidos e constroem realidades no campo educacional.

Conforme Ball (2016), a política constitui-se como um processo contínuo de “tornar-se”, marcado por negociações, deslocamentos e reinterpretções. O discurso político só ganha materialidade quando se efetiva no interior das instituições, não necessariamente pela adesão dos sujeitos, mas por mecanismos que reforçam sua importância e obrigatoriedade.

Nesse sentido, Ball (2008) aponta que as políticas educacionais vêm sendo apropriadas pelo Estado como estratégias de controle e elevação de padrões. A noção de “modernização”, nesse contexto, ganha centralidade, especialmente na política educacional de Pernambuco, com o Programa de Modernização da Gestão Pública para a Educação (PMGP-ME), que propõe uma educação orientada pelos princípios de eficiência e eficácia.

O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTO E DA INFLUÊNCIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DA UNIDADES ESCOLARES

A análise de quatro Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de escolas da rede estadual de Pernambuco, situadas na Gerência do Sertão do Alto Pajeú, permite compreender como o discurso da política se materializa no contexto da produção de texto (MAINARDES, 2007). As instituições analisadas apresentam perfis distintos — escolas de referência, escola técnica e unidades localizadas em zonas urbana e rural —, com diferentes trajetórias e resultados em avaliações externas. No entanto, apesar dessas especificidades, os PPPs revelam uma forte convergência discursiva.

A Escola 1 é da zona rural, uma Erefem - Escola de Referência em Ensino Fundamental e Ensino Médio. A instituição conta com 465 estudantes. A escola já ganhou o prêmio gestão escolar na etapa estadual e regional no ano de 2017, ficando em 2º lugar na etapa nacional no mesmo ano. A Escola 2 é uma Erem - Escola de Referência em Ensino Médio, conta com 338 alunos. Vem se destacando nas avaliações externas, nas suas versões estadual e nacional. A Escola 3 é de Ensino fundamental II e Ensino Médio e está localizada na zona rural, atende uma média de 800 alunos.

A escola já venceu o prêmio gestão escolar nos anos de 2008 e 2012 nas etapas estadual e regional. No ano de 2008 ficou em 2º lugar na etapa nacional e, em 2012, em 1º lugar. A escola possui um dos melhores Idepe¹ do estado e um dos melhores Ideb do país. A Escola 4 é uma escola técnica com o ensino médio integrado e está localizada em um distrito industrial na zona urbana, conta com 510 estudantes.

A escola vem sendo destaque nas avaliações externas, tendo um dos melhores resultados em sua GRE. Na análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, alguns elementos merecem destaque:

- Na Escola: Intensificar o ensino da leitura e da escrita em todas as áreas do conhecimento, a fim de reduzir os índices de reprovação e evasão; analisar criticamente, com propostas e soluções, os resultados do sistema de avaliação educacional - Saepe, Pacto pela Educação, Exame Nacional do Ensino Médio, Sistema Seriado Anual.
- A Escola 3 aponta como objetivos estratégicos: melhorar os níveis de aprendizagem e de rendimento escolar dos alunos objetivando o cumprimento das metas projetadas no Saepe², Saeb, Enem, e elevar o Idepe e Ideb da Escola a cada ano; diminuir o índice de evasão e reprovação; estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados para enriquecimento das ações realizadas.
- Na Escola 4: Priorizar atitudes que evitem a evasão e a repetência; controlar a frequência dos alunos.

¹ Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco

² Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco

Chama-nos a atenção a presença de discursos que se alinham com definições empresariais nos PPPs analisados: objetivos estratégicos, marcos estratégicos, além do foco que é dado à premissa das avaliações em larga escala, questões como 0% de reprovação, 0% de evasão, 100% do cumprimento das metas, podem ser vistos a todo momento no discurso empreendido pelos PPPs. Retomando os textos da política, quando coloca a “caixa-preta” da implementação, vemos o quanto isso ganha força nos PPPs analisados, igualmente focados na materialização/implementação da política, de forma plausível e monitorável.

Nesse campo de ações pactuadas, de objetivos alcançáveis e metas estabelecidas, destacam-se as performances que buscam, a partir de ações e discursos, serem referendadas no seio desta perspectiva de gestão por resultados. Os documentos transmitem uma voz discursiva que vem legitimada e ancorada como a melhor forma de pensar a educação.

Concordamos com Mainardes (2007, p. 39), que:

A política como discurso estabelece limites sobre o que é permitido pensar e tem efeito de distribuir “vozes”, uma vez que somente algumas vozes serão ouvidas como legítimas e investidas de autoridade. Desse modo, com base em Foucault, Ball explica que as políticas podem tornar-se regimes de “verdade”.

Os textos trazem uma discussão que apresenta o controle dos leitores na reafirmação da importância do PMGP-ME, no sentido da eficiência e eficácia. Com esse discurso, que começa a ser tomado como “regime de verdade”, a gestão por resultados na educação caminha para essa vertente.

O que está expresso neste PPP é um projeto pedagógico que se diferencia dos outros que utilizam do PMGP-ME para guiar o seu texto pedagógico e regimento escolar.

O PPP da escola apresenta uma entonação que é inspirada nos processos democráticos de pensar a educação pública. Por outro lado, há uma discussão que vem aparecendo e transitando nos textos que são iluminados pelo programa PMGP-ME, trata-se da questão da inovação. A partir desta, nos inclinamos a compreender como essa discussão vem se sedimentando nas propostas pedagógicas da escola. Muitas políticas são lançadas como arautos da inovação, do rompimento do velho pelo novo, da quebra do que não dá certo pelo que vai ser certo.

Fonseca, Oliveira e Toschi (2004) fazem uma discussão bastante pertinente sobre a gestão da educação brasileira, observando as principais tendências que consolidam as perspectivas de gestão, chamando-nos a atenção para as matrizes teóricas que fundamentam determinado modelo de gestão. No caso da educação de Pernambuco, a matriz da gestão por resultados é filiada à gestão gerencial e dá as cores da política educativa, o que não é algo novo nesse predomínio de um modelo de gestão associado à eficiência e eficácia e que segue a lógica do mercado.

O PMGP-ME aparece nas propostas pedagógicas com a forma de materialização da gestão democrática, que está prevista em Lei (Lei nº 9394/1996), é substituída pela gestão gerencial, segundo a qual o “gerente” de ações que precisa comprovar resultados, traduzidos nos índices oficiais alcançados.

Vê-se o apelo a uma gestão eficiente que seja capaz de responsabilizar e ser responsabilizada. Numa das propostas pedagógicas a pactuação de metas é sinalizada ressaltando a importância desse esforço para se alcançar o Bônus de Desempenho da Educação (BDE). Veja-se:

A pactuação prevê o aumento dos índices de estudantes nos níveis recomendados em ambas as avaliações, anualmente, determinando porcentagens específicas. Acordo de resultados é instrumento de pactuação de resultados que estabelecem, por meio de indicadores e metas, quais os compromissos devem ser entregues pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estaduais ao Governo do Estado e à sociedade. Em contrapartida, são concedidas aos acordados autonomias gerenciais e, em caso de desempenho satisfatório, benefícios ao servidor com incentivo (PPP - Escola 1).

O trecho é uma reprodução do entendimento da Lei de Responsabilidade Educacional (Lei nº 13.273, de 5 de julho de 2007), que estabelece as metas e a apresentação dos resultados à sociedade sob o tom da descentralização e da transparência, o que reforça que a política está cada vez mais sedimentada e incorporada de acordo com a determinação sem grandes alterações.

Nos trabalhos, tivemos dificuldades de encontrar traços que enveredassem por uma gestão democrática, uma vez que todas seguem um padrão preestabelecido que anuncia a vertente da gestão por resultados, não havendo consonância com a gestão democrática da escola pública.

Algumas considerações...

Percebemos que os PPPs das escolas analisadas carregam de forma consubstanciada a legislação que legitima o Pacto pela Educação de Pernambuco e o PMGP-ME. Nos textos é possível ver de forma clara o discurso da política de forma sólida, firme, uma extensão do texto normativo.

O contexto da produção de texto revela que há uma sintonia dos sentidos estabelecidos, além de um comum acordo dos aspectos eleitos como prioritários. Cabe a ressalva de que nos PPPs há dificuldades encontradas pelas escolas, tais como: recursos humanos; estrutura física; realização de atividades.

De forma não tão contraditória, mesmo com as lacunas, os resultados vêm aparecendo, as médias vêm subindo, o que acaba sendo um “nó” ainda a ser refletido. O que só faz confirmar a lógica da política, mas também o fato de que se conformam problemas históricos que atravessam a educação pública, com o agravante de que sua solução já não é mais uma necessidade para se ter uma escola com “qualidade”.

Referências

- BALL, Stephen J. *Políticas educacionais: questões e dilemas*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BALL, Stephen J. *Educação global S/A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Porto Alegre: Penso, 2016.
- BARROSO, João. *O estudo da escola*. Porto: Porto Editora, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.
- FONSECA, Marília; OLIVEIRA, Dalila Andrade; TOSCHI, Mirza Seabra. *Políticas educacionais e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MAINARDES, Jefferson. *Abordagem do ciclo de políticas*. Educação & Sociedade, 2007.

